

ARQUIVISTAS MISSIONÁRIOS: PARCERIA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO COM PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIOS EM ARQUIVOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves (Dataprev S.A.),
Ana Cláudia Cruz Cordula (Universidade Federal da Paraíba),
Eliete Correia dos Santos (Universidade Estadual da Paraíba),
Gabriela Almeida Garcia (Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

A expressão “arquivistas missionários” foi inspirada na fala de Nilza Teixeira Soares, em entrevista concedida à Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) em alusão ao Dia do Arquivista celebrado em 20/10/2020, ao destacar na minutagem de 8:44 a 10:36 que:

Não se pode falar em arquivo sem invocar a França. A França foi o primeiro país que fundou o seu Arquivo Nacional, isso lá na Revolução Francesa em 1789 e depois a França vem liderando as iniciativas, as dinâmicas e a prática dos arquivos com muita ênfase. Eu encontrei

inclusive um decreto de 1936 onde já coloca como função de um determinado órgão que estava sendo criado algo muito importante como o controle dos arquivos em formação. Imagine que em 1936 a França já estava preocupada com o controle da produção documental dos órgãos. Interessante que esse decreto de 36 não surtiu o efeito que eles esperavam. Então, alguns anos depois, já em 52 baixaram um novo decreto e instituíram a figura do arquivista missionário - um arquivista que ficava em missão permanente dentro dos ministérios para cuidar da documentação, providenciar os descartes convenientes próprios e depois a transferência para os arquivos intermediários até chegar ao Arquivo Nacional (arquivo permanente).

A escolha do tema foi motivada pela inquietação dos autores com a inexistência de arquivos públicos institucionalizados nos municípios brasileiros e pela preocupação com o legado deixado por políticas públicas descontinuadas, visando contribuir para seu reaproveitamento na formulação de novas políticas públicas, como o extinto Programa Nacional de Gestão Pública (GESPÚBLICA) e o Plano Setorial de Arquivos, do extinto Colegiado Setorial de Arquivos no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

Ao eleger a Região Metropolitana de João Pessoa para realizar a análise situacional das políticas arquivísticas no âmbito municipal, o presente trabalho aborda o papel de atores sociais como membros da comunidade arquivística paraibana formada pelo corpo docente, pelo corpo discente e pelos egressos dos cursos de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pelos profissionais de arquivo congregados pela Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB), entidade que cumpre sua função social e política por meio da representação no Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção de João Pessoa (CMTPPCC-JP) e no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (FEDPCB-PB).

O Gespública forneceu um Instrumento para Avaliação da Gestão Pública composto por critérios e requisitos, assim como um sistema de pontuação capaz de criar um ranqueamento entre as instituições públicas que se submetiam à autoavaliação ou apresentavam Relatórios de Gestão para candidatura ao Prêmio Nacional de Gestão Pública. Inspirado no Gespública, o projeto Arquivistas Missionários pretende criar um instrumento para avaliação das políticas arquivísticas e aplicá-lo no âmbito municipal por meio do Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), instituído pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Com as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, aliadas ao associativismo arquivístico, o projeto prevê a parceria entre os cursos de Arquivologia das duas universidades públicas do estado da Paraíba e a AAPB. Entendendo-se a relevância do associativismo de arquivistas na luta pelos arquivos, pelos arquivistas e pela Arquivologia, e respeitando o legado que o movimento associativo de arquivistas vem deixando para a Arquivologia brasileira desde a criação da Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, as atuais associações arquivísticas dão uma notável contribuição para a formação da comunidade arquivística brasileira por meio da promoção das 17 (dezesete) edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia, da publicação do primeiro periódico científico da área, Revista Arquivo & Administração, das moções para a criação do curso superior de Arquivologia e da luta em defesa da regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.

Desde a implantação do curso permanente de arquivo ofertado inicialmente pelo Arquivo Nacional e posteriormente transferido para a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) na década de 1970 até os cursos de graduação em Arquivologia mais recentes, impulsionados pela Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) nos anos 2000, a Arquivologia brasileira vem se desenvolvendo no ensino, pesquisa e extensão.

Nessa expansão, o curso de Arquivologia está presente em todas as regiões do país, mas, para fins deste trabalho propõe-se como recorte os cursos de Arquivologia da UEPB e UFPB.

2 ASSOCIATIVISMO DE ARQUIVISTAS

O movimento associativo de arquivistas ~~que~~ completou 50 anos de luta no ano de 2021 a contar da criação da AAB em 20/10/1971 e vem cumprindo função social e política importante diante dos atuais cenários de transformação digital e ameaça à preservação do patrimônio arquivístico documental no contexto cultural, em especial na administração pública municipal

Com a missão de buscar novos locais e oportunidades de trabalho para atuação dos profissionais de arquivo, as associações de arquivistas e de arquivologia têm firmado parcerias com as coordenações de curso de Arquivologia tanto para promoção de cursos de capacitação continuada que complementam a formação dos profissionais de arquivo, como para desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão com vistas a ampliar a visibilidade profissional.

O associativismo arquivístico é um dos atores que, ao lado da graduação em Arquivologia, do mercado de trabalho nas instituições e serviços de arquivo e dos profissionais de arquivo, exerce papel relevante na representação da sociedade civil junto ao poder público na busca por implementação das políticas públicas arquivísticas.

2.1 Comunidade arquivística paraibana

A AAPB foi criada no dia 19/11/2013, mas o associativismo arquivístico já encontrara espaço em solo paraibano na década de 1990 por meio do Núcleo Regional da AAB quando este promoveu o Encontro Nacional de Arquivos Privados e o XII Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA). Em 1998, a cidade de João Pessoa foi a capital da Arquivologia com o XII CBA abordando o tema “Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio” (BOTTINO, 2014, p. 164). Em 2018, João Pessoa sediou o VIII Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) promovido pelo Fórum Nacional de Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) e realizado pela AAPB sobre o tema “Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a arquivologia”.

Durante o VIII CNA foram enfatizadas questões do ambiente tecnológico em relação à administração, disseminação e preservação de documentos, o perfil do profissional de arquivo e os trabalhos ali apresentados, abordavam os seguintes eixos temáticos: “Epistemologia arquivística e interdisciplinaridade; Gestão arquivística e gestão do documento arquivístico; Representação arquivística, acesso e acessibilidade; Documento e repositórios digitais; Política arquivística e diversidade; Ética e responsabilidade social; Patrimônio e memória; Associativismo e visibilidade profissional”.

No XII CBA, dentre as 21 recomendações aprovadas, vale destacar as seguintes: (2) “integrar os serviços arquivísticos públicos e privados e a universidade no desenvolvimento de pesquisa e atividades de extensão”; (15) “institucionalizar os arquivos públicos municipais”; (16) “ampliar os mecanismos políticos e científicos que garantam a preservação do patrimônio documental arquivístico”, (19) “desenvolver estratégias que ampliem o acesso da sociedade brasileira à informação e às instituições arquivísticas”, (20) “ampliar os debates sobre o caráter político-estratégico da informação arquivística junto ao governo, no âmbito da Reforma do Estado em relação aos candidatos a postos no Executivo e Legislativo”.

Tanto os eixos temáticos do VIII CNA como as recomendações do XII CBA se alinham perfeitamente com algumas das finalidades da AAPB, tais como: “II - contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional,

técnico e científico das pessoas com título de Arquivistas, dos Arquivos e da Arquivologia”; “TV - cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, na solução de problemas relacionados aos/às Arquivistas, aos Arquivos e à Arquivologia”; “VIII - estimular a pesquisa no campo da Arquivologia, em todos os níveis”; “XIII- colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, o Conselho Nacional de Arquivos, demais associações ou conselho que disponham sobre políticas de arquivo, no desenvolvimento de tais políticas”; além de “XIV - desenvolver e divulgar projetos culturais, bem como informações de interesse das pessoas associadas”. (ESTATUTO DA AAPB, 2022, p. 1). A atua em parceria com as coordenações dos cursos de Arquivologia da UEPB e da UFPB desde a sua primeira gestão 2013-2015, sendo manifestada por meio de promoção de eventos, em especial, em alusão à Semana Nacional de Arquivos (SNA). Em novembro de 2021, tal parceria promoveu o II Fórum Paraibano de Arquivologia em resgate do evento, já que a primeira edição havia ocorrido em outubro de 2007 sob a organização da Coordenação do Curso de Arquivologia da UEPB e do Centro Acadêmico de Arquivologia da UEPB (CAARQUEPB).

Arquivistas Missionários é um projeto que surge como mais um fruto da parceria da AAPB com os cursos de Arquivologia da UEPB e UFPB.

3 UNIVERSIDADES DA PARAÍBA: DESBRAVANDO A ARQUIVOLOGIA

No Brasil os cursos de graduação em arquivologia emergiram na década de 1970, somando atualmente 16 cursos presenciais vinculados a universidades públicas de ensino superior federal e estadual e um curso em universidade particular no formato de ensino à distância, perfazendo um total de 17 cursos. Tanus e Araújo (2013) destacam que a criação dos cursos de ensino em Arquivologia ancora-se no Arquivo Nacional, sendo ele o instrumento de luta por essa realidade em detrimento das necessidades institucionais, para capacitar a sua mão de obra, favorecendo outras instituições arquivísticas com a formação desses profissionais. Atualmente, o ensino da Arquivologia está presente em todas as cinco regiões do Brasil. É fato que encontra-se em um cenário bem diferente, se comparado ao momento de criação do primeiro curso.

Na região nordeste, no ano de 1998, foi criado o primeiro curso de Arquivologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), seguido dos cursos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no ano de 2006 e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2008, este último, amparado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril, conhecido como REUNI (Programa de Apoio

a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que destinou verbas para criação de muitos cursos superiores no Brasil. Destacados os três cursos de graduação como pilares da arquivologia no Nordeste, para este estudo, transitaremos entre os das universidades da Paraíba como veremos a seguir.

3.1 Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba: contexto histórico

O Curso de Bacharelado em Arquivologia (CBA) da UEPB foi criado pela RESOLUÇÃO/UEPB/CONSUNI/010/2006, em 25 de março de 2006. Desde a sua fundação, em 29 de agosto de 2006, o Curso de Arquivologia da UEPB, voltado para o ensino, a pesquisa e a extensão, vem desempenhando importante papel de comprometimento e seriedade com o desenvolvimento cognitivo e profissional dos estudantes.

O curso de Arquivologia, pressuposto do gerenciamento da informação documental e eletrônica como recurso essencial para o desenvolvimento científico, tecnológico e social, busca fundamentar-se nas diretrizes curriculares do Conselho Federal de Educação e da Resolução/UEPB/CONSEPE/13/2005. Em 2017, a matriz curricular do curso de graduação em Arquivologia passou por uma reformulação atendendo às expectativas do cenário atual e reforçando a interdisciplinaridade específica da área.

O curso de Arquivologia da UEPB surgiu com a missão de aumentar a oferta de profissionais habilitados para o exercício da profissão de arquivista, além de favorecer o debate sobre as políticas públicas de informação e seu entrecruzamento com as políticas públicas de cultura e de ciência e tecnologia na Paraíba e na Região Nordeste.

Desde a sua criação, o curso apresentou o desejo de seu corpo docente e discente de ofertar um programa de pós-graduação na área da Arquivologia, visando ampliar a produção de conhecimento científico em Arquivologia.

3.2 Arquivologia na Universidade Federal da Paraíba: contexto histórico

O curso de Bacharelado em Arquivologia da UFPB foi criado no ano de 2008, por meio da Resolução CONSEPE n.º 41/2008, tendo o seu Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução CONSEPE n.º 42/2008. Desde então, o curso vem contribuindo para a formação de arquivistas com vistas a atuarem na elaboração de projetos, planejamento e implantação de sistemas arquivísticos e no gerenciamento de serviços arquivísticos.

Com sede no Campus I, o Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB foi criado em 2008 e está vinculado ao Departamento de Ciências da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas na UFPB. O curso funciona no turno da noite e tem duração mínima de dez períodos letivos, integralizados em 2.760 horas. Atualmente está sob a coordenação da professora Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula e vice coordenação da professora Me. Alba Lígia de Almeida Silva que, junto ao Núcleo Docente do Curso têm se debruçado na mudança do Projeto Pedagógico, que se encontra em andamento.

O referido curso abrange conteúdos teóricos e práticos contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades, dentre elas: Aptidão para criar, desenvolver e utilizar técnicas de coleta, tratamento, recuperação e disseminação da informação arquivística; Desenvolvimentos de conhecimentos para gerenciar unidades de arquivos, recursos, serviços e sistemas de documentação e informação; Conhecimento e uso de tecnologias de informação e de comunicação, visando o desenvolvimento das práticas arquivísticas no ambiente digital; Conhecimentos técnicos que viabilizem a elaboração de políticas de preservação, acesso e uso da informação; Conhecimentos técnicos sobre preservação, conservação e restauração de documentos.

No decorrer do curso, para além do ensino, são trabalhadas com os alunos, as questões que envolvem a implementação de atividades como a pesquisa e a extensão, e que facilitarão o desenvolvimento de aspectos comunicacionais dos discentes, o fortalecimento da segurança e o aprimoramento da desenvoltura nas comunicações verbais e escritas, despertando o espírito de liderança, bem como, a atuação respaldada nos aspectos éticos do profissional no decorrer das práticas arquivísticas e nas relações interpessoais.

No seu escopo, o curso de arquivologia da UFPB busca produzir e divulgar conhecimento científico-tecnológico no campo arquivístico, formar arquivistas para atuação específica junto às instituições arquivísticas, além de contribuir na construção de alternativas de organização de arquivos que permitam o desenvolvimento da área arquivística, com a rapidez e a qualidade exigida pela dinâmica social em que os arquivos se inserem; estimulando ações articuladas de ensino, de pesquisa e extensão, voltadas para demandas da área da arquivística. (PPP, 2008).

Atualmente, o curso conta com quatro projetos de Monitoria, dois projetos de pesquisa e oito projetos de extensão envolvendo professores do curso de arquivologia, discentes e profissionais arquivistas da UFPB. Essa

estrutura tem formado uma verdadeira rede arquivística de conhecimento teórico e prático.

Destaca-se que o projeto pedagógico se encontra em processo de reformulação com vistas à modificação da grade curricular, bem como, com a implementação da curricularização da extensão ancorando-se na Resolução de nº 7, do Ministério de Educação, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências.

3.3 O tripé do Ensino Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão na Arquivologia Paraibana

A cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, é a única capital brasileira contemplada com dois cursos de graduação em Arquivologia, sendo o primeiro criado em 2006, na UEPB e o segundo em 2008, na UFPB. O fato de ter dois cursos de Arquivologia na capital paraibana atuando no tripé ensino, pesquisa e extensão influencia a sociedade para além da capital, por meio da presença de seus alunos na ocupação de vagas em estágios pela ampla participação de seus egressos em concursos públicos para arquivistas e técnicos de arquivo como no mercado de trabalho privado, tanto na Paraíba como nos diversos estados brasileiros.

O tripé ensino, pesquisa e extensão em Arquivologia na Paraíba fortalece o movimento associativo de arquivistas no estado e é fortalecido por ele, a partir do momento em que se nasce a parceria da AAPB com as coordenações dos cursos de Arquivologia da UEPB e da UFPB. Na dimensão ensino, tal parceria é evidenciada tanto por meio da atuação de professores das duas universidades nos cargos de diretoria e conselhos da AAPB, como pela participação de representantes da AAPB em semanas de acolhida de calouros e em sala de aula a convite dos professores. A perspectiva pesquisa pode ser observada pela colaboração dos professores das duas universidades nas comissões científicas tanto do VIII Congresso Nacional de Arquivologia realizado pela AAPB em João Pessoa em 2018, como do II Fórum Paraibano de Arquivologia, promovido pela parceria entre AAPB, UEPB e UFPB em 2021, além da publicação dos anais e de artigos oriundos dos eventos promovidos pela parceria nos periódicos científicos das duas universidades. No campo da extensão, a parceria é manifestada pela atuação da AAPB na busca de vagas para estágios e pelo Projeto de Oficinas online e gratuitas denominado Sempre às Sextas.

O projeto Arquivistas Missionários reforçará a parceria no tripé ensino, pesquisa e extensão, envolvendo o corpo docente e o corpo discente dos cursos paraibanos de Arquivologia e a AAPB, no debate e na luta em defesa pela criação e implementação de políticas públicas arquivísticas no âmbito municipal tanto na capital como nos municípios do interior do estado da Paraíba.

4 PROJETO ARQUIVISTAS MISSIONÁRIOS

Para criar e aplicar um instrumento de avaliação da governança arquivística no âmbito do poder público municipal, o projeto Arquivistas Missionários fundamenta-se em duas políticas públicas descontinuadas: o Instrumento de Avaliação da Gestão Pública (IAGP) instituído pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), criado pelo Decreto nº 5.378/2005 e extinto pelo Decreto nº 9.094/2017 e o Plano Setorial de Arquivos elaborado pelo Colegiado Setorial de Arquivos no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) que foi criado pelo Decreto Nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 e extinto pelo Decreto Nº 9.891, de 27 de junho de 2019..

4.1 Instrumento de Avaliação da Gestão Pública

O Instrumento para a Avaliação da Gestão Pública (IAGP) é um dos legados deixados pelo Gespública como resultado da introdução da Teoria da Qualidade na gestão pública brasileira na década de 1990. O Gespública é resultado do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que foi substituído pelo Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP) sucedido pelo Programa da Qualidade no Serviço Público (PQSP) e fundido com o Programa Nacional de Desburocratização. O referido programa caracterizou-se como política essencialmente pública, focada em resultados e em âmbito federativo, garantindo a participação por adesão e disseminação da qualidade por pessoas voluntárias.

O IAGP é baseado no Modelo de Excelência em Gestão Pública que respeita os princípios constitucionais de: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; e os fundamentos da Teoria da Qualidade.

4.2. Plano Setorial de Arquivos

O Plano Setorial de Arquivos (PSA) foi elaborado pelo extinto Colegiado Setorial de Arquivos (CSA) no CNPC, a partir do grupo composto por representantes do poder público e da sociedade civil eleitos no processo eleitoral realizado em 2012, conforme nomeação pela Portaria nº 35 de 23 de

abril de 2013, submetido à consulta pública e consolidado pelos representantes nomeados pela Portaria n. 40, de 6 de maio de 2016.

Sobre o Colegiado Setorial de Arquivos, o PSA menciona que:

A partir de sua criação, o Estado reconhece que os arquivos estão diretamente associados à questão cultural e devem ser tratados pelas políticas públicas como equipamentos culturais e espaços promotores de cidadania. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2018, p. 10-11)

O Plano Setorial de Arquivos (PSA) estruturado em eixos, objetivos, estratégias, ações e metas, propôs a integração entre o Sistema Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Arquivos que tem como órgão central o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), criado pela Lei nº 8159/1991 com a missão de definir a política nacional de arquivos.

Segundo José Maria Jardim (2006, p. 8), “uma política pública é necessariamente um processo dinâmico sujeito a alterações diversas”. Nesse contexto, é possível considerar a descontinuidade de uma política pública como uma das alterações diversas e o aproveitamento dos resultados produzidos por ela como sendo parte deste processo. Diante do exposto, a questão imposta é: Como as políticas públicas arquivísticas podem ser avaliadas, à luz da Teoria da Qualidade, na administração pública municipal da Região Metropolitana de João Pessoa, na Paraíba?

4.3. Instrumento de Avaliação da Governança Arquivística

De fato, a Teoria da Qualidade oferece método, modelo e critérios para avaliação da gestão pública. Nesse sentido, a hipótese desta proposta de pesquisa considera que a adequação do Instrumento para Avaliação da Gestão Pública, a partir da conexão entre políticas públicas de arquivo, políticas informacionais e políticas culturais, poderá configurar um instrumento a serviço da gestão pública municipal, favorecendo o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

A relevância social, científica e informacional desta proposta de pesquisa encontra-se na intenção de contribuir de forma significativa para a adaptação e aplicação de um instrumento capaz de avaliar políticas públicas arquivísticas à luz da Teoria da Qualidade, no âmbito da administração pública municipal, observando e aferindo pontuação de acordo com a existência ou ausência de práticas e padrões em conformidade com os requisitos a serem propostos, considerando a definição de Silva (2007):

As políticas públicas são conjuntos de ações (e de omissões) conduzidas de forma planejada e coordenada,

muitas vezes submetidas a acompanhamentos e avaliações sistemáticas e visam modificar ou manter a realidade nas diferentes áreas da vida social. (SILVA 2007, p. 18)

Destarte, o objetivo geral da proposta do projeto consiste em: avaliar a gestão pública municipal dos municípios que constituem a Região Metropolitana de João Pessoa, com ênfase na identificação de existência ou ausência de políticas, programas, processos, atividades, práticas, padrões, profissionais, instalações físicas, infraestrutura tecnológica e instrumentos de gestão arquivística de documentos e de arquivos no contexto do cumprimento da legislação arquivística brasileira. Para atender ao objetivo geral, temos como objetivos específicos: Analisar a produção científica sobre políticas públicas arquivísticas no âmbito municipal considerando sua inter-relação com políticas de informação e políticas culturais; Adequar o Instrumento para Avaliação da Gestão Pública decorrente do Modelo de Excelência em Gestão Pública às políticas públicas arquivísticas; assim como avaliar a gestão pública municipal da Região Metropolitana de João Pessoa por meio do Instrumento para Avaliação da Gestão Pública adequado às políticas públicas arquivísticas.

A pesquisa contribuirá também para mobilizar a comunidade arquivística e a sociedade em geral para reivindicar políticas públicas arquivísticas que possam garantir o direito de acesso à informação, a transparência pública, o combate à corrupção, a proteção à privacidade e a preservação da memória e do patrimônio documental arquivístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao oferecer aos gestores públicos municipais um relatório que apresente o resultado de pesquisa realizada por meio do e-SIC e, portanto, com informações obtidas em conformidade com a LAI, ficará evidente o cumprimento ou o descumprimento da legislação arquivística brasileira. Conseqüentemente, serão fornecidos subsídios à tomada de decisão para a criação e implementação de políticas públicas que promovam a transparência pública, o acesso à informação, a gestão de documentos e a preservação do patrimônio arquivístico.

O mercado de trabalho para os(as) arquivistas formados nas universidades paraibanas poderão ser observados mediante a identificação de vagas para arquivistas nas prefeituras municipais da Região Metropolitana de João Pessoa inicialmente, e, por meio da replicação do modelo poderá obter dados em todas as prefeituras do estado da Paraíba, bem como dos demais estados brasileiros.

A parceria entre as universidades e associativismo fortalecerá as relações entre professores, alunos e profissionais dos arquivos, além de ampliar a visibilidade da Arquivologia na gestão pública municipal.

A apresentação do Projeto Arquivistas Missionários em um evento do porte da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) poderá estimular a aplicação do modelo nos estados que possuem o curso de graduação em Arquivologia e Associação de Arquivistas/Arquivologia, contribuindo para ampliação do número de vagas para arquivistas, fortalecimento do associativismo arquivístico, tal qual o aumento da visibilidade dos arquivos e da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

BOTTINO, Mariza. **O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública**; Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF; Instruções para Avaliação da Gestão Pública – 2010; Brasília; MP, SEGES, 2009. Versão 1/2010.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil). Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano setorial de arquivos (2017-2027)** [recurso eletrônico] / Colegiado Setorial de Arquivos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

ESTEVES, Rita de Cássia São Paio de Azeredo. **Indicadores de qualidade da imagem institucional da Dataprev percebidos pela sociedade na óptica dos aposentados e pensionistas da cidade de Fortaleza**. 2007. Monografia (Especialização em Administração da Qualidade) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

GOMES, Domicia. **A Gestão de Documentos, os Arquivos e o Acesso à Informação nos Municípios Fluminenses de Médio Porte**: diagnóstico e perspectivas para uma política pública municipal de arquivos. Orientadora: Ana Célia Rodrigues. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/16634/1/Disseta%20a7%20a3o-DomiciaGomes-reposit%20b3rioUFF.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

JARDIM, José Maria. Políticas Públicas Arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, 2006, p. 05-16.

RODRIGUES, Ana Célia. História e Cidadania: o papel dos arquivos municipais. **Boletim do Arquivo**. São Paulo, v.4, n. 1, p. 22 - 27, 2015.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Política Cultural no Brasil**, 2002-2006: acompanhamento e análise. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2).

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista**: visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, Maria de Lourdes Costa e; DANNEMANN, Maria Luiza Stallard. In: ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1972, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972. (p. 31-64).

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. V. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p83 Acesso em: 27 jan. 2022.